

O Ensino Superior e a Língua Portuguesa em Timor-Leste

Em 2008, Timor-Leste estabelece a sua primeira Lei de Bases da Educação (LBE), que define como línguas do sistema educativo a língua tétum e a língua portuguesa. Essa lei define ainda que, a partir do ano de 2010, “somente poderão integrar o sistema educativo timorense os estabelecimentos de educação e ensino que utilizem como línguas de ensino as línguas oficiais de Timor-Leste” (LBE, 2008, Art. 57º, ¶ 1). No entanto, no parágrafo seguinte, a lei prevê a ocorrência de casos excepcionais a essa regra, criando a possibilidade de autorização e acreditação de estabelecimentos de ensino e de educação que não utilizem em suas salas de aulas as línguas oficiais do país.

Atualmente, os casos excepcionais são, na verdade, a regra e não a exceção. Timor-Leste conta com 11 instituições de ensino superior em funcionamento, dentre as quais apenas duas não possuem acreditação acadêmica (RD/TL, 2011). Em muitas dessas instituições, as línguas utilizadas no ensino são, prioritariamente, o inglês e o indonésio. Na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), a única universidade pública do país, a realidade também não é muito diferente.

A UNTL é composta por sete faculdades – Agricultura; Engenharia, Ciência e Tecnologia; Medicina e Ciências da Saúde; Economia e Gestão; Educação, Artes e Humanidades; Direito e Ciências Sociais – e oferece 29 cursos de graduação e 7 de pós-graduação. Nesse universo, apenas na Faculdade de Direito e nos departamentos de Formação de Professores do Ensino Básico e do Ensino de Língua Portuguesa da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades (FEAH) o ensino é ministrado efetivamente em língua portuguesa. Nos demais, ainda é preponderante o uso das línguas inglesa e indonésia.

Sendo a UNTL um estabelecimento público

de ensino universitário, os seus gestores têm reconhecido que é urgente a necessidade de adotar as línguas oficiais nas suas atividades de ensino, e esse tem sido um de seus maiores desafios. Nem todos os professores universitários dominam a língua portuguesa, e a isso acrescenta-se o fato de que a universidade conta com pouco material bibliográfico nessa língua em seu acervo. A maior parte do acervo de suas bibliotecas está nas línguas inglesa e indonésia.

Com o intuito de reverter o primeiro desses problemas, uma das recentes ações da gestão da universidade foi aplicar uma avaliação de proficiência em língua portuguesa aos seus docentes. Paralelamente a esse diagnóstico, seria interessante promover cursos de língua portuguesa aos professores. Com vistas a solucionar o segundo ponto, os professores de cada faculdade já realizaram o levantamento de títulos bibliográficos para a aquisição.

Esse contexto é gerador de um campo abundante para as ações de cooperação educacional entre Timor-Leste e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). As cooperações internacionais, no âmbito da UNTL, tiveram início em 2007. A crescente participação de professores falantes da língua portuguesa em seus quadros tem se constituído como uma estratégia para preparar, simultaneamente, tanto professores quanto alunos para o uso dessa língua.

Além disso, os professores timorenses e estrangeiros têm compartilhado experiências de “codocência” em sala de aula, que ocorre quando dois ou mais professores ministram uma disciplina conjuntamente. O exercício da docência compartilhada pode constituir-se em uma valiosa estratégia de formação contínua de professores, uma vez que, por via do diálogo e de uma postura

ética, ao comunicar-se com o outro a fim de preparar uma aula, observar a atuação do seu colega perante a turma, escutar sobre a sua própria atuação, cada professor colabora não apenas para sua própria formação pedagógica, mas também para o desenvolvimento da identidade profissional docente.

Essa ação está alinhada ao Plano do Ministério da Educação 2013-2017 e ao Timor-Leste: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, que tanto destacam a necessidade de formação continuada dos professores do Ensino Superior quanto sugerem a integração de docentes internacionais como forma de contribuir para o desenvolvimento de seu quadro permanente.

Além disso, as atividades de codocência e pesquisa podem ser vias bastante eficazes para promover reflexões sobre a colonialidade no ambiente universitário, onde ainda se faz presente a herança colonial do conhecimento uni-versal eurocêntrico em detrimento do diálogo entre saberes pluri-versais. Quando um professor timorense reproduz um sílabo ou opta por um referencial bibliográfico que remetem ao período de dominação estrangeira pode, mesmo que de maneira não consciente, estar mantendo o pensamento do antigo dominador. Diante disso, a parceria com professores lusófonos deve promover um diálogo de saberes buscando romper com a estrutura triangular da colonialidade: a colonialidade do ser, do poder e do saber, além de promover um novo processo de descolonização, agora não mais territorial e sim epistêmico.

Prof.^a Raquel Scartezini (PQLP/CAPES)

e-mail: raquelscartezini@gmail.com

Prof. Manuel Belo de Carvalho (FEAH/UNTL)

e-mail: mbelodecarvalho@gmail.com

Formação docente e a experiência vocacional

Nos meses de maio e junho, os alunos do 5º semestre do Curso de Formação de Professores, Faculdade de Educação, Artes e Humanidades-UNTL, realizaram, na disciplina de Língua Portuguesa V, aulas experimentais de estágio docente na Escola Central Farol, em Díli. Essa atividade não foi requisito obrigatório da disciplina, entretanto, partiu de uma motivação complementar da professora Mariene Queiroga (PQLP/CAPES) e dos alunos para iniciação docente e experiência vocacional, prévia à disciplina Estágio Docente do curso regular. As aulas foram realizadas nas turmas de 9º ano, com o consentimento da diretora Irene Soares Norato, supervisão do professor da disciplina Língua Portuguesa, Inácio Ximenes Soares e da professora Mariene. As exposições foram em língua portuguesa e abordaram diversas temáticas como leitura e interpretação de textos, estudo do vocabulário e gramática da língua, além de confecção de origamis. Para esse trabalho, os alunos receberam instruções sobre planejamento de aula e aulas demonstrativas antes do estágio na escola.

A escolha para o curso de formação docente, em alguns casos, tem sido a segunda opção. Muitas vezes, a preferência acontece para cursos de áreas distintas. Em decorrência do resultado insuficiente para ingresso nesses cursos, a escolha para formação docente surge como alternativa de ingresso na universidade. Portanto, não é rara a desistência de estudantes, entre outras razões, a inabilidade para a profissão. Com sorte, alguns a descobrem ainda em curso, outros percebem apenas no exercício da função.

A formação docente é mais que uma ação individualizada e profissional. É também um

investimento pessoal na busca do conhecimento, um ato educativo que inspira criatividade e inovação. Ser formador de futuros professores que, provavelmente, serão formadores de outros professores é desafiador, sobretudo se, entre outros fatores, considerarmos que a língua de instrução, especificamente, a língua portuguesa, não é plenamente fluente entre os alunos de Timor-Leste. A questão linguística é remanescente e patente nas discussões (inter)disciplinares, tendo em vista o contexto multicultural e plurilíngue do país. Nesse sentido, a docência tem sido um percalço na instrução formativa não só nas aulas de língua portuguesa, mas também em outras disciplinas. Isso porque o ensino, muitas vezes, privilegia metodologias voltadas para falantes maternos da língua, escolha que não abarca o contexto de Timor, em que os alunos possuem diferentes línguas maternas, que não a língua portuguesa. Sendo assim, o ensino de português em língua portuguesa inspira cuidados tanto quanto o ensino de outras ciências em língua portuguesa.

É possível perceber situações conflitantes tanto nos alunos que estão na formação inicial (futuros professores), quanto naqueles que já exercem a docência. Em certos casos, a função docente pode ser angustiante. Daí a importância da formação continuada. Muitos dos contratemplos emergidos devem-se, entre outros fatores, às lacunas não preenchidas na formação inicial. Para a eficácia da formação contínua é preciso considerar os problemas e dificuldades dos professores. Além disso, a formação profissional deve ser uma prática constante e consonante com uma proposta coesa de formação de língua portuguesa tanto para professores que ministram essa disciplina quanto

para aqueles que trabalham com outras disciplinas em língua portuguesa.

Para o filósofo e estudioso da educação José Carlos Libâneo (2001), “formar-se é tomar em suas mãos seu próprio desenvolvimento e destino num duplo movimento de ampliação de suas qualidades humanas, profissionais, religiosas e de compromisso com a transformação da sociedade em que se vive [...] é participar do processo construtivo da sociedade [...] na obra conjunta, coletiva, de construir um convívio humano e saudável”. Portanto, a profissionalização advém também da prática cotidiana. Sendo assim, é preciso pensar uma formação continuada que privilegie a prática docente cotidiana e o conhecimento científico, de modo que se articule teoria e prática na formação e construção do perfil profissional do educador. A formação profissional docente está atrelada à profissão e à construção da identidade do educador que, em sua função social, está imbuído de religar saberes em permanente reflexão para o desenvolvimento. A formação em processo é crescente e contínua e, necessariamente, tem que ter em vista a melhoria da educação e do ambiente escolar.

É imprescindível a renovação das dinâmicas educativas que reflitam e discutam o desempenho, metodologias e competência docente que sejam eficazes. O compromisso com o progresso está intimamente ligado ao desenvolvimento de ações educativas que sejam capazes de transformar a sociedade para uma educação melhor.

Prof.^a Mariene C. Queiroga

Mestre em Literatura e Interculturalidade

PQLP/CAPES

e-mail: marienecqueiroga@hotmail.com

